

# “Pegamos uma menina pra criar”: experiências de lesboparentalidade e militância feminista lésbica no nordeste do Brasil.

We took a girl to create”: experiences of lesbian parenting and lesbian feminist activism in northeastern Brazil.

*Claudia Regina Nichnig*<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo trata das narrativas sobre as experiências de uma mulher negra, militante feminista e lésbica, que atua em um coletivo de mulheres lésbica em uma capital do nordeste brasileiro. Escrevo inspirada em leituras de feministas negras, como bell hooks (2019), Grada Kilomba (2019), Sueli Carneiro (2016), Angela Figueiredo(2020) e Ana Maria Veiga(2020). Três temáticas norteiam a escrita a partir das narrativas desta mulher que se reconhece como lésbica na juventude e militante feminista na fase adulta: conjugalidade lésbica, lesboparentalidade e militância feminista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lesboparentalidade. Família Lésbica. Feminismos.

## ABSTRACT

This article deals with the narratives about the experiences of a black woman, a feminist and lesbian activist, who works in a collective of lesbian women in a capital of northeastern Brazil. I write inspired by readings by black feminists, such as bell hooks (2019), Grada Kilomba (2019), Sueli Carneiro (2016), Angela Figueiredo (2020) and Ana Maria Veiga (2020). Three themes guide writing based on the narratives of this woman who recognizes herself as a lesbian in her youth and a feminist activist in adulthood: lesbian conjugality, lesbian parenting and feminist militancy.

**KEYWORDS:** Lesboparenting. Lesbian Family. Feminism.

\* \* \*

Este artigo trata das narrativas sobre as experiências de uma mulher negra, militante feminista e lésbica, que atua em um coletivo de mulheres lésbicas em uma capital do nordeste brasileiro. Escrevo inspirada em leituras de feministas negras, como bell hooks (2019), Grada Kilomba (2019), Sueli Carneiro(2016), Angela Figueiredo(2020) e Ana Maria Veiga(2020). Mesmo que eu saiba da importância da escrita pela própria sujeita, como historiadora transformarei em

---

<sup>1</sup>Doutora. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFSC, Brasil. E-mail: [claudianichnig@gmail.com](mailto:claudianichnig@gmail.com).

texto sua voz, a partir da entrevista realizada em 2011<sup>2</sup>. Pretendo focar questões que naquele momento apesar de terem sido percebidas, não foram suficientemente problematizadas, pois meu olhar estava norteado pela questão principal da tese, o reconhecimento das famílias gays e lésbicas no Brasil. Mas sua voz, a partir da entrevista por muitas vezes ouvida e transcrita, me provocaram questionamentos que ficaram emudecidos até o momento da escrita deste artigo. Procuo então refletir sobre algumas questões da trajetória de vida de uma militante negra, que se reconhecem como lésbica ainda na juventude e feminista na vida adulta. A partir de sua narrativa envolvente tratarei de três aspectos: amor e conjugalidade lésbica, lesboparentalidade e militância feminista negra. Inicialmente apresento como eu, pesquisadora, e ela militante se conheceram em um espaço de militância feminista. Desejo que a narrativa de Antônia transformada em texto pode ser tão cativante e envolvente como foi o nosso encontro em uma conferência estadual de mulheres no nordeste brasileiro.

### **Nosso encontro inesperado: trajetórias de uma pesquisadora em campo**

Ao participar de uma das Conferências Estaduais da Mulher no ano de 2011, tive a oportunidade de estar como pesquisadora em uma das capitais do nordeste brasileiro. Em cena, estavam centenas de mulheres militantes, algumas feministas, outras como delegadas representantes do Estado, Municípios e seus órgãos, outras representando organizações não governamentais em defesa dos direitos das mulheres<sup>3</sup>. Quem teve a oportunidade de participar dessas conferências sabe o quanto efervescente são esses espaços de discussões e embates, em que há o efetivo exercício de uma sociedade democrática. Muitas mulheres se identificavam como feministas, principalmente em um Estado marcado pela presença de importantes ativistas e mulheres que participam da política (partidária ou não), sendo que neste espaço múltiplo e efervescente, marcado por diferentes vozes e corpos femininos, aquela pessoa me chamou a atenção. Suas

---

<sup>2</sup> A entrevista foi realizada como corpus documental de minha pesquisa doutoral (NICHNIG, 2013)

<sup>3</sup> Sobre as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres no Brasil ler: LISBOA, 2014.

roupas que não se adequam as expectativas do gênero feminino e de sua geração, sua voz grossa e ao mesmo tempo afetiva, sua postura acolhedora em meio aquela multidão de mulheres fazendo suas pautas serem ouvidas, sua múltipla presença me cativou.

Antônia destoou da multidão de mulheres. Na sede de um antigo clube de uma capital do Nordeste, que foi destinado para a realização da Conferência Estadual de Mulheres do Estado estavam mulheres falantes, empolgadas e barulhentas, que usavam roupas coloridas e muitos acessórios. A simplicidade e tranquilidade de Antônia me chamou a atenção, pois parecia estar acostumada com tanto barulho e conversas paralelas mostrando que estava contente com tanta euforia. Vestia uma camiseta do grupo de mulheres que integra e bermuda masculina, mas não só o fato de vestir roupas comumente atribuídas às pessoas do gênero masculino, mas foi seu jeito alegre, gentil e despreocupado que me convidou a conversa.

Como minha pesquisa doutoral envolvia as famílias de lésbicas no Brasil, meu contato com Antonia foi diante da trajetória do grupo feminista que a mesma participa, pois realizava o acolhimento e auxiliava os casais a realizarem o registro de suas famílias como união estável em uma das capitais do Nordeste. Foi a própria Antonia que me convidou para conhecer a sede do grupo, ter acesso a documentação e os dossiês dos casais que o grupo realizou o acompanhamento, e nessa oportunidade foi que realizei a entrevista. Com a aparência física que seus sessenta anos de vida lhe trouxeram, Antônia me acolheu com um sorriso largo e abriu as portas da instituição em que trabalha para me contar um pouco da militância do grupo feminista e de sua própria vida. O grupo de mulheres lésbicas também realizava o acolhimento psicológico e jurídico para essas pessoas que buscavam o reconhecimento como família, antes mesmo da decisão histórica de 2011.

Aproveitei também para perguntar se seria possível, durante a visita, entrevistar alguma participante do grupo, sendo que Antônia prontamente afirmou que algumas participantes estariam dispostas. Quando cheguei à sede localizada numa casa antiga, muito simples mas acolhedora, no centro da cidade, fui recebida de forma simpática e educada pela entrevistada. Perguntei se poderia conversar com ela sobre a minha pesquisa e ela me respondeu que seria mais interessante eu realizar uma entrevista com as outras pessoas do grupo, pois

entendia que estas tem uma trajetória mais importante como militantes lésbicas, sendo que eu respondi que me interessa saber o que aquela mulher lésbica com mais de sessenta anos poderia me contar sobre família e lesbianidade no contexto do nordeste brasileiro.

Foram apenas dois encontros: o primeiro em que nos conhecemos, durante a conferência, e o segundo durante a realização da entrevista, na sede do coletivo no qual trabalha. A entrevista mesmo partindo de um recorte específico tratou de questões profundas que envolvem identidade, subjetividade, afetos e militância. Foi a partir desta entrevista realizada por mim que me debruço inspirada em escritoras feministas negras, como destaquei no início deste artigo.

## **Experiências de conjugalidade lésbica**

Se as vivências das relações e conjugalidades entre mulheres atualmente é entendida como mais visível e de alguma forma mais aceita, em que adolescentes e jovens compartilham experiências de lesbianidade, vivenciando seus relacionamentos de forma pública e visível, podemos dizer que esses relacionamentos afetivos nem sempre foram permitidos e aceitos pelas famílias e pela sociedade. É claro que não estou dizendo que nos dias atuais não existam experiências de violências, quando meninas e mulheres vivenciam suas experiências afetivas e conjugais, mas que atualmente já é possível expressar seus sentimentos publicamente, de uma forma inimaginável por Antônia em sua adolescência.

Utilizando dos aportes da História do Tempo Presente, podemos perceber que meninas e mulheres dão visibilidade e compartilham socialmente com mais liberdade suas experiências e relacionamentos, sendo que tratar de visibilidade das relações afetivo conjugais entre pessoas do mesmo, e ainda de mulheres, nem sempre foi possível nos mais diferentes contextos. Minha interlocutora disse que se descobriu lésbica aos 13 anos de idade e que não conheceu “o prazer de um homem com uma mulher”<sup>4</sup>. Segundo ela, o pai era muito rigoroso e, portanto, foi privada de viver sua lesbianidade na adolescência. Quando se assumiu como lésbica para a

---

<sup>4</sup> Colocarei entre aspas as falas da entrevistada que são trechos da entrevista realizada por esta pesquisadora em 2011. Arquivo pessoal.

família, já não morava mais com os pais, e mesmo assim o pai não aceitou a sua orientação sexual, não queria mais que esta frequentasse sua casa, mas, aos poucos, foi aceitando a filha.

Antônia relatou, a partir das memórias de sua primeira experiência afetivo-conjugal que para morar e vivenciar o relacionamento amoroso com sua companheira, ambas tiveram que fugir da cidade em que viviam com a família. A história de vida de quem vivenciou a adolescência no período da ditadura militar, e percebi que vivenciou um período em que “a visibilidade lésbica era ainda mais efêmera e rarefeita do que hoje” (IRE; SILVA; LENZI, 2019, p. 190). As pesquisas que estudaram as experiências de lesbianidades no período da ditadura militar mostram como “é trabalhar com essas histórias pouco acessíveis” pois permanecer no “armário” é frequentemente tomado como um lugar “seguro”, onde uma faceta importante do sujeito se esconde para se proteger do preconceito, da discriminação e da violência”. (IRE, SILVA, LENZI, 2019, p. 190). A expressão do estar no armário é uma estratégia de invisibilidade mas que ao mesmo tempo busca proteção, principalmente objetivando combater as práticas de violência de que são vítimas muitos sujeitos que se identificam (ou não) como homossexuais, como gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, queers, dentre outros. Ao propor visibilidade para as experiências gays, lésbicas e transexuais uma das estratégias propostas pelos movimentos sociais dos EUA foi o chamado coming out, sendo que a expressão traduzida para a língua portuguesa refere-se ao “sair do armário”, ao se “assumir”, como forma de dar visibilidade às experiências. Assim, coming out foi utilizado como importante estratégia política, presente no movimento gay estadunidense, mas também apresenta “um componente pessoal, [...] que é integrado numa dimensão social mais vasta” (FRAZÃO; ROSÁRIO, 2008, p. 30). Essas formas de dar ou não visibilidade às uniões de pessoas do mesmo sexo podem ser pensadas a partir de Eve Kosofsky Sedgwick que, trata do “armário” como um regime “com suas regras contraditórias e limitantes sobre privacidade e revelações, público e privado, conhecimento e ignorância” (2007, p. 19). Como afirma a autora, “cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários” (SEDGWICK, 2007, p. 22). Isso quer dizer que sair do armário não é uma coisa definitiva, mas que se constrói em cada relação social. No caso deste

artigo, para manter o segredo e permanecer no armário significou para o casal fugir e mudar de cidade, para fugir de situações violentas. Muitos casais de mulheres vivenciam experiências de violências, as quais entendemos como homofobia familiar<sup>5</sup>, principalmente exercida por pais e irmãos, os quais proíbem os relacionamentos afetivo-conjugais entre mulheres. (SCHULMAN, 2010). Meninas e mulheres também sofrem aquilo que a militância caracterizou como estupro corretivo, em que familiares fazem o uso da violência sexual contra as mesmas, impondo uma experiência sexual heterossexual. (SOUZA, 2019).

Precisaram mudar-se de cidade para experienciar e viver essa relação amorosa e esconder-se na cidade do interior, em que ninguém as conhecia. Antônio e Joana conheceram-se no colégio, e quando decidiram fugir ambas já tinham 20 anos de idade. A impossibilidade de se relacionarem na cidade natal de ambas se deu devido ao fato de que a família de Joana era muito preconceituosa, por isso deixaram suas casas e suas famílias de origem para “fugirem” e escolheram morar em uma pequena cidade do interior do Estado, em endereço desconhecido por ambas as famílias, numa cidade em que ninguém as conhecia e as mesmas não conheciam ninguém. O filme que no Brasil recebeu o título de *Elisa e Marcela*<sup>6</sup>, sobre uma história de amor do início do século XX na Espanha, também mostra a história de duas mulheres que se mudam para uma cidade do interior para viver seu relacionamento afetivo-conjugal, sendo que o não direito a esta experiência naquele período histórico, e ser inconcebível a experiência conjugal de duas mulheres, fez com que uma delas vivesse o trânsito de gênero, para serem

---

<sup>5</sup> Estou pensando o conceito “homofobia familiar” a partir de Sarah Schulman, como sendo os modos de exclusão familiar e a inferiorização que sofrem as pessoas gays no âmbito de suas famílias de origem, as quais segundo a autora “estão mais propensas a “tolerar” os homossexuais, isto é, a mantê-los em uma posição de menor valor do que aprender com eles e se inspirar em seu conhecimento”. Segundo Schulman, “as pessoas gays estão sendo punidas no interior da estrutura familiar, mesmo que nunca tenhamos feito nada de errado. Essa punição tem consequências dramáticas tanto nas nossas experiências sociais quanto em nossas relações de maior confiança, as relações afetivo-sexuais”. (SCHULMAN, 2010, p. 70)

<sup>6</sup> *Elisa & Marcela* (Espanhol : *Elisa y Marcela*) é um filme Espanhol biográfico romântico, dirigido por Isabel Coixet, que conta a história de Elisa Sánchez Loriga e Marcela Gracia Ibeas, duas mulheres que passaram como um casal heterossexual, a fim de se casar em 1901 na igreja de Saint George em A Coruña tornando-se a primeira matrimônio homossexual registrado na Espanha .Foi selecionado para competir pelo Urso de Ouro no 69º Festival Internacional de Cinema de Berlim. Foi lançado em 24 de maio de 2019, em cinemas selecionados na Espanha, e em 7 de junho de 2019 pela Netflix. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Elisa\\_%26\\_Marcela](https://en.wikipedia.org/wiki/Elisa_%26_Marcela). Acesso em: 10.05.2020.

respeitadas como um casal heterossexual. A heterossexualidade compulsória obrigou a experiência transexual para o casal narrado no filme. Já Antônia e Joana, no interior do nordeste brasileiro, passaram a viver como duas amigas jovens, que buscam uma cidade do interior para viver e trabalhar, sendo que naquele espaço, longe das famílias e dos conhecidos, puderam viver seu relacionamento por longos anos, sem serem interpeladas pelas pessoas que viviam na pequena cidade.

Para Antônia, a fuga para o interior foi necessária, sendo a chegada e a vida do casal na nova cidade realizada sem o conhecimento de seus familiares que permaneceram na capital do Estado. Antônia afirmou que a fuga foi perfeita e “não deixamos rastros”. Por medida de segurança decidiram que ninguém poderia saber do destino de ambas, e puderam viver uma vida de cumplicidade e amor. Isto aconteceu nos anos setenta no interior do nordeste brasileiro, e afirmou ter sido “uma barra”, pois passaram inúmeras dificuldades e o período também foi marcado pela intenso sentimento de saudade dos amigos e das famílias de origem de ambas. Após dois anos é que as companheiras voltaram a visitar seus parentes e amigos/as, pois segundo Antônia “a família dela já tinha deixado ela pra lá” e puderam dar conta do paradeiro do casal, ambas puderam vivenciar sua relação sem problemas com as famílias de origem, sem violências, permanecendo juntas por dez anos.

## **Relações familiares, nomeação e lesboparentalidade**

Philippe Ariès destacou que “num espaço tão privatizado tenha surgido um sentimento novo entre os membros da família, e mais particularmente entre a mãe e a criança: o sentimento de família” (ARIÈS, 1981, p. 18). Esse sentimento aparece na narrativa de Antonia, como veremos.

O fato de relações conjugais e afetivas entre mulheres não estarem incluídas no vocabulário de parentesco brasileiro, de não serem reconhecidas socialmente como sendo uma família no momento da entrevista - o que somente aconteceu através da decisão judicial do Supremo Tribunal Federal em 2011 - faz com que estes casais tentem se adaptar aos termos de parentesco já estabelecidas pela família heterossexual, ou criem novos termos para identificar estas relações. Acerca da nomeação, Miriam Pillar Grossi explica que esta trata “do lugar das pessoas no sistema de parentesco, portanto, de seu lugar social em uma dada cultura. Aprendemos,

como antropólogos, a prestar atenção nas categorias nativas para definir os parentes: pai, mãe, filho, filha, nora, genro, avó, avó, tio, tia, sobrinho, sobrinha são, por exemplo, as categorias de referência que temos no português falado no Brasil”. (GROSSI, 2003, p. 277).

À mesma conclusão chegou a antropóloga Martha Mailfert, que analisou o contexto francês sobre a utilização dos termos de nomeação, afirmando que as famílias de gays e lésbicas utilizam os mesmos termos das famílias heterossexuais.

Que[...] les familles interviewées réutilisent majoritairement les termes propos aux familles hétérosexuelles.les familles biparentales (adoptives et celles ayant eu recours aus PMA - Procréation Médicalement Assistée) sont celles qui gerent le plus simplement ce problème de l’adresse[...] Cependant dans les familles coparentales où la famille peut être très élargie les appellations connaissent quelques modifications”. E ainda “l’utilisation d’une terminologie de parenté traditionnelle et la volonté de recréer un schéma hétérosexuel sont des moyens por les homoparents de ‘faire famille’”. (MAILFERT, 2007, p. 216, tradução minha) <sup>7</sup>

Segundo o antropólogo Leandro de Oliveira, a relação de homossexuais com a família de origem, no Brasil, é marcada pela categoria “aceitação” e “tolerância”<sup>8</sup> que, de acordo com o antropólogo, perpassam as relações familiares, sendo que as relações com a família de origem são avaliadas principalmente a partir de uma maior ou menor “tolerância” familiar em relação às pessoas LGBT. Estas pessoas buscam, como padrão ideal, uma relação de amor e diálogo com as famílias de origem, repelindo quaisquer formas de homofobia familiar. Ao estudar o contexto espanhol, o antropólogo José Ignacio Pichardo Gálan destaca que as relações entre os casais de pessoas do mesmo sexo e suas famílias de origem são marcadas pela busca do “reconocimiento y la integración”. (GÁLAN, 2009, p. 306).

---

<sup>7</sup> “[...] as famílias entrevistadas reutilizam majoritariamente os termos próprios às famílias heterossexuais. As famílias bi-parentais (adotivas e aquelas que recorreram aos PMA(Procriação Medicalmente Assistida) são aquelas que administram da forma mais simples este problema de denominação [...]. No entanto, nas famílias co-parentais em que a família pode ser muito ampliada, as apelações conhecem algumas modificações”. [...] “O uso de uma terminologia de parentesco tradicional e a vontade de recriar um esquema heterossexual são meios, para os pais homossexuais de ‘criar uma família’”.

<sup>8</sup> A noção de tolerância das famílias com as pessoas LGBT foi abordada a partir das conclusões do antropólogo Leandro Oliveira, que discute em sua tese de doutorado as relações das pessoas e suas famílias de origem, muitas vezes, marcadas por uma maior ou menor “tolerância” e não uma completa aceitação. (OLIVEIRA, 2013).



Assim, mesmo que as reivindicações dos gays e lésbicas tenham se constituído no Brasil em torno do reconhecimento civil da conjugalidade homossexual, principalmente a partir do final da década de 1990, “questionando os modelos ocidentais modernos de parentesco, marcados pelo modelo de um conjunto formado pela díade do casal heterossexual com sua prole” (GROSSI, 2003, p. 265), as discussões entre os familiares de origem e as relações que se apresentam a partir de relações de filiação entre mulheres lésbicas e seus filhos/as e os familiares de origem não se dá de forma tão simples e permanece numa constante (des)construção constante.

Assim, mesmo que haja questionamentos a respeito dos “modelos ocidentais modernos de parentesco” como nos alerta Miriam Grossi, é importante observar que, se de um lado, as reivindicações por reconhecimentos aos casais formados por pessoas do mesmo sexo, muitas vezes, se aproximam deste modelo heterossexual de família, em outros, não há uma unanimidade neste reconhecimento. Em outros contextos, como no francês, há uma separação entre a conjugalidade de pessoas do mesmo sexo e a não possibilidade do reconhecimento como família e a possibilidade de ter filhos/as e a possibilidade do casamento, como o consequente reconhecimento como família e o acesso a adoção, ao passo que o acesso a filiação biológica é proibida naquele país. No Brasil, a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo reconhece a estes casais um status de família e também a possibilidade de ter acesso aos filhos/as, na forma de adoção, filhos biológicos de relações anteriores ou acesso a reprodução assistida, prática esta que no Brasil não existe qualquer impedimento legal para as famílias de gays e lésbicas.

É partindo destas considerações que entrelaço as narrativas de Antonia, com as demandas por reconhecimento da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade destes casais serem considerados uma família e terem acesso à filiação, como nos casos das mulheres lésbicas.

Como eu já sinalizei, no Brasil não há impedimento legal para o acesso a reprodução assistida para que gays e lésbicas tenham acesso a filiação biológica. Há, entretanto um claro impedimento de classe, pois tais tratamentos são bastante caros e, portanto dificilmente os casais lésbicos tem acesso na rede pública de saúde, pois é necessário que a infertilidade do casal seja uma realidade para que os casais tenham acesso ao tratamento no Sistema Único de Saúde. Desta forma, no Brasil, é mais comum que os casais lésbicos tenham acesso a filiação, quando a concepção do filho/a

decorra de uma relação heterossexual anterior ou quando as duas mulheres adotam isoladamente ou conjuntamente uma criança. Anna Carolina H. Amorim que estuda a maternidade lésbica no Brasil e na França, demonstra como o acesso a reprodução assistida no Brasil ou o que ela define de dupla maternidade passa pelo crivo médico e posteriormente jurídico, para que ambas as mães permaneçam no registro da criança. Mesmo se para algumas pessoas “a lesbianidade apareça como um impossibilitador da maternidade” (2018, p.71) as interlocutoras da pesquisadora apontam formas diferentes e novas possibilidade para o acesso a dupla maternidade, demonstrando como a construção de um projeto parental em conjunto é possível, apostando na construção de relações através do que ela chama de “artesanato fino das relações de parentesco” (AMORIM, 2018, p. 10)

Voltando ao nordeste brasileiro, Antonia me disse que mesmo não se reconhecendo como uma família, ela e a segunda companheira vivenciou uma relação lesboparental. O termo usado para se tratar dos casais gays e lésbicas e seus filhos – a homoparentalidade, foi cunhado pela associação dos parentes gays e lésbicos (APGL)<sup>9</sup> em 1997 para nomear as situações familiares nas quais pelo menos um adulto, pai ou mãe de pelo menos uma criança se autodesigna como sendo homossexual, qualificando como homoparentais, casais do mesmo sexo que vivem com crianças e as criam.

O conceito é utilizado para dar visibilidade a lesbianidade do casal e portanto utilizo o conceito lesboparentalidade, para refletir sobre as relações entre o casal de lésbicas e seus filhos, e ainda as relações com suas famílias de origem. Anna Amorim afirma que a “maternidade é construída tendo como premissa a existência de duas mães”, ou seja é um projeto parental conjunto de duas mulheres lésbicas cisgêneras<sup>10</sup> estudadas pela pesquisadora (AMORIM, 2018). Fazer uso do termo lesboparentalidade de uma forma política me permite dar visibilidade as relações das lésbicas com seus filhos e as diferentes formas de acesso a filiação, bem como as relações destas com suas famílias de origem, além das relações estabelecidas nos diferentes espaços institucionais, como o ambiente escolar por exemplo.

---

<sup>9</sup> Maiores informações sobre homoparentalidade no conceito francês: <https://www.apgl.fr/>. Acesso em: 12.05.2020.

<sup>10</sup> O corpus da pesquisa de Anna Carolina Horstmann Amorim trata de mulheres cisgenêras, ou seja, a pessoa que se identifica com o gênero assignado em seu nascimento, diferindo das pessoas trans (que não se identificam com o gênero assignado no nascimento), daquelas que se identificam (SILVA, 2017).

Antonia preocupa-se com o fato da possibilidade de casais de gays e lésbicas adotem formalmente uma criança, pois para ela ainda há muito preconceito. Em seu segundo relacionamento conjugal, que durou vinte e três anos, o casal teve uma filha. A forma escolhida ou que foi possível foi a chamada “adoção à brasileira”<sup>11</sup>, em que casais tem acesso a filiação sem a interferência do Estado. Como Antônia e sua companheira se reconheceram como uma família, e ambas eram reconhecidas e respeitadas por suas famílias de origem, a experiência da parentalidade, ou especificamente lesboparentalidade se deu na prática pelo casal. Antônia e Maria não tiveram acesso a técnicas de reprodução assistida ou exerceram a parentalidade de um filho anteriormente em uma relação afetivo heterossexual anterior, mas “pegaram uma menina para criar” e exerceram a lesboparentalidade. Essa filha que não passou pelo crivo do Estado e por todos trâmites legais que são necessários em um processos de adoção, mas que para ambas é filha como qualquer outra, pois “criamos nossa menina, desde os sete anos de idade e hoje ela já está casada”.

Antônia quando eu realizei a entrevista, vivia seu terceiro relacionamento afetivo-conjugal, e já estava há mais de quatorze anos com sua atual companheira. Me relatou que ambas são aceitas pelas famílias de origem, e todos as reconhecem como companheiras. Para ela, sua companheira (que é mãe biológica de duas mulheres) diz que as filhas e os/as netos de sua companheira a reconhecem “que é mãe com as filhas, sou avó com os netos”. Apesar dos relacionamentos anteriores ter tido a experiência da coabitação, desta vez afirmou que “ela mora na casa dela e eu na minha” e ficam juntas aos finais de semana. A escolha de não morarem na mesma casa se deu porque hoje “tenho minha vida independente” e “cada uma já tem a sua vida, ela mora com as filhas e os netos”. O que podemos destacar é que a vivência como casal, independente de morarem na mesma casa, pois estabelecem uma relação de conjugalidade que abrange a família de origem de ambas.

---

<sup>11</sup> A filiação pode se dar na forma biológica ou legal (através do processo de adoção). No Brasil, chama-se ‘adoção à brasileiro’ o acesso a filiação através dos chamados filhos de criação, o que Cláudia Fonseca chama de “circulação de crianças” (1998, 2002, 2005), ou seja, crianças que são criadas por adultos que não são seus pais biológicos e tampouco passaram pelo processo de adoção legal. Assim, novas redes familiares se formam para além da família biológica, formando novas famílias através de laços socioculturais, que se unem através do afeto.

Outra dimensão importante nas relações que se efetivam entre os casais são os aspectos do âmbito privado, como por exemplo, a divisão de tarefas no espaço doméstico. Se entre casais heterossexuais, há um grande debate sobre a permanência da realização de atividades doméstica e de cuidado pelas mulheres, o que podemos falar sobre esta mesma discussão quando nos referimos a um casal de lésbicas? Para Antônia enquanto coabitou com suas companheiras, esta afirmou sempre dividiam as tarefas, “era dividido, ninguém explorava ninguém”. Para ela a divisão das tarefas tem a ver com o fato de serem feministas, pois “os casais de lésbicas que não dividem as tarefas não são feministas”. A não divisão das tarefas domésticas significa replicar um modelo heterocentrado. Para Antonia, a não divisão de tarefas implica ter uma modelo de relação heterocentrado, para ela esse é o modelo masculino, e “se eu não gosto do sexo masculino, se eu sou do sexo feminino, porque eu vou imitar o modelo masculino? Eu sou uma mulher que gosta de outra mulher”. E em relação às práticas sexuais de passividade e atividade, me disse: “na relação sexual é normal, somos duas mulheres nos amando, nada demais, não existe nada demais, não existe nada de regra”. Mas me disse ser muito discreta, que “não gosto de estar de mãozinha dada, beijinho, porque eu acho que a gente tem o nosso ambiente, nosso lugar para fazer o que nos quisermos”.

Em relação a visibilidade de seu amor lésbico, para Antônia a exposição do afeto entre duas mulheres publicamente ela entende “um pouco pesado” e disse já ter se questionado com as colegas do grupo, pois ela mesmo se entende neste ponto ser preconceituosa, mas entendendo sua narrativa como uma forma de proteção, diante das perseguições e violências que sentiu na pele em sua trajetória. Afirmou ter medo de violências e lesbofobia pois “tem muita gente que deve saber, talvez muita gente me vê, por causa do meu estilo, eu tenho um estilo meio masculino, mas não é meu corpo, nem minha roupa, que vai dar direito a ninguém me discriminar, o respeito está acima”. Ou seja, a possibilidade de sofrer com violências ainda se faz presente em sua narrativa e uma possibilidade real de sofrer discriminações faz com que a mesma se preserve, e preserve sua relação e sua família. Ao ser interpelada por uma criança sobre a sua relação conjugal com outra mulher, Antonia diz não afirmar que é sua companheira mas “digo que é minha amiguinha, eu gosto dela, dou logo um cheiro nela, um beijo também, para tirar a perturbação da cabeça da criança”.

Em relação ao registro do relacionamento afetivo conjugal, Antonia disse que nunca buscou registrar os relacionamentos estáveis que vivenciou ou fez a opção pelo casamento, pois se “na época não existia bem isso, eu vim conhecer esta parceria civil quando estou aqui”, se referindo ao grupo militante que integra. Disse ainda que foi no grupo que aprendeu muitas coisas, sobre seus direitos e cidadania e mesmo que atualmente conheça a possibilidade do registro, afirma que “é uma coisa muito a pensar”, pois, segundo ela, “devido às dificuldades, a gente sabe que os casais têm discórdia, problemas de ciúmes, porque eu acho que para um relacionamento destes tem que ter a fidelidade, companheirismo, enfim fazer uma família”. Assim, mesmo que considere que outros casais busquem o reconhecimento como família, percebe suas próprias contradições ao dizer que para “fazer uma família” é preciso enfrentar as dificuldades, os ciúmes e discórdias, problemas de convivência que dificultam e impedem a manutenção das relações afetivo conjugais. Mesmo diante das dificuldades no reconhecimento de si própria como uma família lésbica, e ter dúvidas em formalizar a declaração de união estável ou casamento civil, Antônia afirma que se ela faltar, já que ela é servidora pública do Estado (enfermeira aposentada), não pretende deixar seu salário para o Estado.

## **Experiências de Militância Lésbica**

Joana Maria Pedro aponta que “historiadoras/es que não se dedicam aos estudos de gênero têm incorporado essa categoria em sua escrita da história e nas suas reflexões”. (2011, p. 270). Como se trata de uma categoria de análise oriunda dos movimentos sociais, como os feminismos, os movimentos de mulheres, de gays e lésbicas, recebe as acusações, como por exemplo, “história militante’, portanto, não ‘científica’, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade”. (PEDRO, 2011, p.1) Mas como muito bem observa a professora que “da mesma forma, outras categorias como ‘classe’, ‘raça/etnia’, ‘geração’ também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma ‘desconfiança’ e desqualificação” (PEDRO, 2011, p.1)

É importante lembrar que o contexto político e histórico que proporciona o surgimento da história das mulheres e de gênero no Brasil, como já disse, foi impulsionado pelos movimentos de mulheres e feministas, que durante a ditadura militar atuaram em questões específicas das mulheres, mesmo que naquele período a demanda comum tenha sido pelo fim da ditadura. Vale lembrar que mulheres e homens que se impuseram à ditadura militar além de ter que se buscar a clandestinidade, muitos foram torturados, mortos e desaparecidos. Aqueles/as que permaneceram atuando na clandestinidade e se exilaram em diferentes países, retornam ao país na chamada abertura política e passam a atuar no sentido de recuperarem seus direitos políticos alijados, mas sobretudo se unem para a construção de um país fundado sob o alicerce da democracia. Esses múltiplos sujeitos que foram silenciados, mas jamais adormecidos, retornam a vida pública e sobretudo passam a ser atuantes na política brasileira. Marcados por uma grande força e vontade de transformação social, um clima de efervescência toma conta do país e clama por democracia. Por esse motivo, os movimentos sociais que retornam a sua atividade, que passa a ser permitida e não mais clandestinidade, se organizam e vivem um momento de forte atuação durante o período da constituinte e culminou na Constituição Federal de 1988. Tudo isso para dizer que as mulheres feministas que estavam na clandestinidade ou exiladas ou mesmo que não podiam se organizar livremente também atuaram fortemente nesse período e conquistaram direitos específicos para as mulheres, como por exemplo, a igualdade jurídica entre homens e mulheres, e também a obrigatoriedade de uma lei complementar para atuar no enfrentamento das violências contra as mulheres, no âmbito doméstico e familiar.

As mulheres lésbicas foram sujeitos ativos neste momento e reivindicavam junto ao movimento homossexual suas questões específicas e também junto ao movimento feminista suas demandas. Marisa Fernandes demonstra como essas questões nem sempre foram tranquilas e muitas vezes as lésbicas se sentiram excluídas junto ao movimento homossexual, pois tiveram que impor muitas vezes suas questões específicas. “Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres – e não apenas como homossexuais femininas – geraram dupla discriminação” (FERNANDES, 2018, p.93) Marisa Fernandes demonstra como as militantes lésbicas durante a ditadura ao se aproximarem do movimento feminista perceberam as dificuldades de se identificarem como

lésbicas feministas, mas por outro lado trouxeram consigo a “potencialidade revolucionária dos discursos sobre o desejo, o prazer sexual e a possibilidade de reverter uma realidade imposta, a heterossexualidade compulsória” (FERNANDES, 2018, p.94) Marisa Fernandes mostra como durante a ditadura militar e no período da redemocratização a participação das lésbicas em encontros feministas, mas também em encontros específicos foi crucial para que posteriormente reivindicassem pautas específicas, sem deixar de demonstrar as interseccionalidades “porque a lésbica também é negra, também é mãe, também é dona de casa, é prostituta, operária, está na periferia, e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplice das violências” (FERNANDES, 2018, p. 100).

A atuação política das mulheres reivindicaram legislações específicas e políticas públicas em favor das mesmas, sendo que na academia as professoras feministas passaram a problematizar as desigualdades e diferenças, introduzindo o debate a partir de diferentes categorias de análise. Esses aparecem no debate historiográfico, não de forma excludente nem se sobrepondo uns aos outros, como afirma Joana Maria Pedro:

Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias ‘mulher’, ‘mulheres’, ‘feminismo’, ‘feminilidades’, ‘masculinidades’ e ‘relações de gênero’, têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo. Ao mesmo tempo, como quaisquer outras, essas mesmas categorias vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo. Encontra-se, ainda, portanto, nas margens do saber historiográfico. E, talvez por isso mesmo, busca novas maneiras de pensar essas margens, deslocando o centro, inventando novos percursos (PEDRO, 2011, p.277).

Desta forma, quando tratamos de pesquisa sobre sujeitos que se identificam partir de sua orientação sexual, como as mulheres lésbicas, essas também são atravessadas por outros marcadores, como a raça, etnia, a classe, a geração, a nacionalidade, as deficiências, entre outros. Como neste artigo eu trago a trajetória de uma mulher da periferia de uma capital do nordeste brasileiro, mas que vivenciou trânsitos entre a capital e cidades do interior, seu corpo, sua cor, seus deslocamentos, suas experiências de violências, marcam sua fala e trajetória.

Assim, mesmo que tenha me chamado a atenção ser uma mulher cisgênera negra e idosa, que tem uma expressão de gênero masculina, preciso dizer que sua militância se dá a partir de sua identidade lésbica e foi no coletivo lésbico feminista que a mesma encontrou seu espaço de militância, se identificando, portanto, como uma mulher lésbica.

O movimento lésbico, que se organiza no Brasil mais fortemente a partir do final da década de 1970, ora se distancia ora se aproxima do movimento homossexual, o mesmo em relação ao movimento feminista. Para Regina Facchini, o movimento homossexual foi um dos movimentos sociais de maior expressão no país, sendo que esta foi a sigla adotada até 1993, que depois passa a se identificar como Movimento de Gays e Lésbicas – MGL, em 1995 é tratado como Gays, Lésbicas e Travestis – GLT e, após 1999, é tratado como Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – GLBT (FACCHINI, 2005, p. 20). Assim, os diferentes grupos passam a se distanciar do conceito que lhes agrupava em torno de um único conceito, homossexual, para serem identificados, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, que engloba todos estes sujeitos na sigla LGBT. Facchini justifica a utilização desse último termo, pois entende ser ela uma forma de identificação de todos esses grupos heterogêneos (2005, p. 20). Ana Paula Uziel também enfoca a questão da substituição do termo homossexual, sendo que “o homossexual não existe, existem práticas homossexuais” (UZIEL, 2006, p. 212).

Se inicialmente as pessoas militavam em torno do termo homossexual com cunho agrupador, posteriormente as lutas passam a trazer as especificidades das mulheres, e elas passam a reivindicar em suas políticas a identidade lésbica. Se distanciando (ou não) do movimento homossexual e se aproximando (ou não) dos movimentos feministas, diferentes grupos lésbicos ocupam a cena política, em torno de questões específicas. Se as mulheres lésbicas passam a realizar seu ativismo ligado então ao movimento feminista, buscando essa diferenciação com o movimento homossexual, tratar as pautas específicas das mulheres lésbicas era uma necessidade na criação e afirmação dos grupos. Há uma pluralidade de pautas identitárias, uma intensa mobilização também do movimento negro, que posteriormente passa a se identificar como movimento feminista negro.

A interseccionalidade, a presença dos diferentes marcadores, como uma chave identitária mas também política, abre a possibilidade de pesquisa através de uma “pluralidade de pautas” (GUZZO, 2019, p. 49) a serem



perseguidas pelos sujeitos. Percebo que se os diferentes marcadores importam na trajetória e na construção da subjetividade de Antonia, que tem relação com a forma como ela se relaciona com as outras pessoas, entretanto é através da lesbianidade que ela milita, se politiza, se percebe enquanto mulher, mesmo quando seu corpo racializado está presente.

Quando Antonia me sugere procurar para conversar com a principal liderança militante da organização, esta indica que eu deveria dar visibilidade a trajetória da militante mais expressiva do grupo, indicando que sua trajetória singular não era expressiva a ponto de ser historicizada, como se as narrativas singulares de uma lésbica negra não tivesse importância ao ponto de ser objeto de uma estudo acadêmico. As vidas que não importam, sugere Antônia, ao apontar que sua colega é que deveria ser entrevistada. Uma vida menor, uma história menor, mas que podem produzir espaços de liberdade, como nos faz supor Antônia, como nos ensinam Losandro Antônio e Sirley Lizotti Tedeschi (2019) embebidos no discurso deleuziano. Sem desmerecer a história da presidenta da ONG, que por certo daria uma entrevista muito elucidativa sobre a trajetória do movimento lésbico, narrada por uma mulher lésbica negra do nordeste brasileiro, Antonia como lésbica masculina negra, se aproxima de uma pessoa com uma trajetória singular, com toda a sua simplicidade e humildade.

Como Antonia mesmo acrescentou, ela é uma lésbica masculina, as chamadas butch.<sup>12</sup> Mas se quase nenhum traço de feminilidade se faz presente em sua aparência física, sua personalidade é marcada pela voz mansa e doce, sua fala afetiva quando se refere a sua família, como a filha e companheira, e as companheiras de militância, demonstrando o paradoxo presente em trajetórias singulares como a de Antônia.

Aqui diferentes marcadores estão presentes: gênero, raça, sexualidade, geração. Como uma mulher negra reconhece ela reconhece que sua trajetória como militante é importante, mesmo que ela não seja a liderança do grupo, seu trabalho de acolhimento diário, trata-se de um importante trabalho a ser realizado. Como todas ali trabalham de forma voluntária, todo o trabalho é importante e destaco o trabalho de Antônia, por que é aquele por detrás dos bastidores, aquele que recebe e acolhe as pessoas que procuram o grupo para as diferentes atividades realizadas e

---

<sup>12</sup> As lésbicas masculinas ou Butch, são uma categoria na lesbianidade.

serviços prestados. E como disse o fato de ser uma pessoa comum, uma mulher negra que nasceu e vive na periferia de uma grande cidade, mas com seu esforço pessoal aposentou-se como funcionária pública.

Destaco que quando realizei a pesquisa doutoral (de 2009 a 2013), a temática interseccional apesar de já ter sido levantada não tinha assumido a relevância que tem hoje, para as pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos. Angela Figueiredo destaca como somente recentemente as feministas negras estadunidenses foram traduzidas para o português, bem como o quase esquecimento de importantes autoras negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, não tiveram a devida importância nos estudos acadêmicos brasileiros (2020).

Em relação aos feminismos brasileiros, a denúncia das feministas negras, é que o movimento apesar de ter nascido na esquerda e ter trazido em seu bojo as demandas das trabalhadoras, como a análise das reivindicações das feministas por direito e proteção no trabalho nos anos 70 e 80 no Brasil (NICHNIG, 2013), as questões raciais não apareciam no cerne da questão (VEIGA, 2020). Não é à toa, que importante trabalho de Sueli Carneiro afirma que é preciso enegrecer o feminismo (2011), pois ao não trazer os embricamentos com as questões de raça e classe, se tinha a false compreensão que as opressões pelo fato de serem mulheres eram comum a todas. Portanto os conceitos de opressão de gênero e patriarcado, ao abarcar as opressões que todas as mulheres sofriam pelo fato de serem mulheres, por vezes causou um apagamento das questões específicas. As feministas negras portanto chamam atenção para o fato da discriminação racial, mas também de gênero e classe, devem estar presentes em suas pautas e demandas por políticas públicas.

Demonstrar que a questão racial se faz presentes nas experiências e vivências, e que muitas questões impactam de forma diferente de acordo com a raça e etnia, como a exclusão social, o não acesso à educação, à formação profissional e ao trabalho formal; a submissão a diferentes formas de violências e a não proteção do estado, a ausência e o não acesso a políticas públicas, de proteção, de saúde, etc, e ainda somada ao fato de estarem em maior número dentre a população empobrecida e em vulnerabilidade social, etc, fazem perceber que estas questões são urgentes.

A interseccionalidade e as diferentes formas de opressão que se entrelaçam não podem ser desconsideradas, como já sinalizou Angela Davis (2016), que seria impossível tratar da opressão de gênero, sem abordar

classe e raça. Para o grupo de Antonia, a grande problemática que mobiliza o grupo é a exclusão e a opressão sofrida por mulheres pobres e lésbicas, portanto as práticas do grupo e as demandas por políticas públicas contra essa exclusão social são as principais pautas. Minha intenção aqui não é julgar nem problematizar as pautas e as necessidades do grupo e da narrativa de minha interlocutora, mas perceber que a pauta norteadora do grupo são os enfrentamentos das violências e discriminação sofridas, bem como o respeito pela orientação sexual não heterossexual, principalmente por se tratarem de mulheres em sua maioria negras e periféricas, sendo estas as temáticas principais para a aglutinação de pessoas ao grupo e suas pautas.

Assim, se ao escrever esse artigo, as leituras de autoras negras, com Grada Kilomba (2019) me fazem chamar a atenção que se a questão racial não se fez tão presente no discurso de Antonia, mas que de alguma forma estavam todo o tempo presentes de forma subliminar, pois o fato de entender que a mesma não deveria ser ouvida, já que sua trajetória não importava, me faz refletir que se “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” e “aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’”. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que não pertencem” (KILOMBA, 2019, p. 42). Pertencer então e ser ouvida transforma de objeto em sujeito, daquela que teve sua trajetória ouvida pois importa e merece ser ouvida, e sair do silenciamento, pois como mulher branca “fui capaz de ouvir” (KILOMBA, 2019, p. 43).

Assim, a raça não pode estar descolada das opressões que esta sofreu diante de seu gênero, classe e sexualidade não heterocentrada, pois não estão descoladas. Por uma questão de afirmação política, o grupo reivindica a identidade lésbica para a sua atuação sem deixar de considerar que seu objetivo é atender as mulheres de classes menos favorecidas, buscando a autonomia pessoal e financeira das mesmas. Mas é claro, como nos alerta Antonia, se há um claro recorte de classe no público que o grupo atende, por estar localizado geograficamente nas margens, e por trazer políticas específicas de inclusão social, como os cursos de profissionalização e esporte, em que mulheres de outras classes sociais teriam acesso de outras formas, a questão racial não aparece com tanta força naquele contexto e naquele momento histórico.

## **Considerações finais**

Os estudos da decolonialidade (LUGONES, 2014; SEGATO, 2003) e os estudos de feministas negras (DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2011; FIGUEIREDO, 2020; VEIGA, 2020) propõem uma virada epistêmica, na produção do conhecimento levando em consideração as experiências de mulheres negras, as quais marcam e transformam a vida das mesmas. Aqui o tímido relato de Antonia, indicando para que eu converse com outras pessoas com trajetórias políticas mais relevantes, me fez perceber que naquele momento, a fala transformadora que nos afirma bell hooks (2019), ainda não atingiu todas as mulheres. Por óbvio a transformação se faz dia a dia, e ainda muitas se sentem silenciadas e entendem que suas vidas e suas trajetórias são menores, de menos importância. Mas ao trazer à tona a história de uma mulher singular percebo que estas “se movimentam nas margens e para as margens dos saberes e dos poderes estabelecidos, buscando construir outros lugares, perpassados por outros saberes e outras relações de poder” (TEDESCHI, 2019, p. 521). Mesmo que não perceba a importância de sua vida e de sua trajetória, conhecer e historicizar as trajetórias invisibilizadas de mulheres lésbicas como Antônia, que provocaram revoluções nos modos de ser e viver, buscando uma vida de respeito e não violência, nos ajudam a conhecer quem somos e quem queremos ser.

## Referências

- AMORIM, Anna Carolina Horstmann. *Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2018.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. [S.l.: Unifem], 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: *História do Movimento LGBT*. James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes (Org) História do Movimento LGBT no Brasil. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 12, n. 29, p. e0102, maio 2020. ISSN 2175-1803. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>>. Acesso em: 11 maio 2020. doi:<<https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>>.

FRAZÃO, Pedro; ROSÁRIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, Lisboa, n. 1, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008.

GALÁN, José Ignacio Pichardo. *Entender la diversidad familiar: relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia*. Barcelona: Bellaterra, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003.

GUZZO, Morgani. *Corpos e campos plurais: os feminismos das marchas das vadias no Brasil*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2019.

Hooks, Bell. 1984. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014, p. 33-56.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAILFERT, Martha. L'entourage social des familles homoparentales: une gestion différentielle ou comment se dire ou se taire couple parental quand on form un couple homosexuel. In: PERREAU, Bruno (Dir.) *Le choix de l'homosexualité*. Paris: Epel, 2007.

MELLO, Luiz. Outras famílias. A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 197-225, jan/jun. 2005.

NICHNIG, Claudia Regina. *Mulher, Mulheres, Mulherio: discursos, resistência e reivindicações por direitos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

NICHNIG, Claudia Regina. *Para ser digno há de ser livre: reconhecimento jurídico da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>>.

SEDWICK, Eve. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan. jun. 2007.

SCHULMAN, Sarah. *Homofobia familiar: uma categoria em busca de conhecimento*. Trad. Felipe Bruno Martins Fernandes. Bagoas, n.5, 2010, p. 67-78.

SOUZA, Kleire Anny Pires de. O estupro corretivo de mulheres lésbicas: a “correção” motivada pela lesbofobia na contemporaneidade (2008-2018). In: REIS, Aparecido Francisco dos; SILVA, Vivian da Veiga. *IV Simpósio de Gênero e Sexualidade - Gêneros, Sexualidades e Conservadorismos: a Política dos Corpos, os Sujeitos e a Disputa pela Hegemonia dos Sentidos Culturais – Artigos Apresentados nos Grupos de Trabalho / Aparecido Francisco dos Reis e Vivian da Veiga Silva (Org.)*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2019, p. 456-468.

SILVA, Kessila Maria da. *Discursos que importam: um olhar sobre as trajetórias escolares de pessoas trans\* na UFSC*. 2017. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, Cristina L. C. da. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos homossexuais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

UZIEL, Anna Paula et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 203-227, jul/dez. 2006b. ISSN 0104-7183.

VEIGA, Ana Maria. *Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates*. Tempo e Argumento, [S.l.], v. 12, n. 29, p. e0101, abr. 2020. ISSN 2175-1803.

Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>>. Acesso em: 11 maio 2020. doi:<https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0101>.

Recebido em junho de 2020.  
Aprovado em julho de 2020.